



Criação do Grupo de Trabalho para Conservação Transfronteiriça – Brasil/Peru

A fronteira do Brasil com o Peru apresenta uma série de conflitos socioambientais, no caso específico da região do vale do Juruá no Acre com o departamento de Ucayali, os conflitos repercutem em agressões a soberania nacional, através da invasão de madeireiros peruanos na extração de madeira, causando sérios problemas para os índios isolados que vivem entre a faixa de fronteira, para a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e o Parque Nacional da Serra do Divisor.

A razão desses conflitos e problemas, do lado peruano, está relacionado a questão dos narcotraficantes no tráfico de drogas e as explorações madeireiras em toda a faixa fronteiriça peruana e na retirada ilegal de madeiras em áreas de proteção ambiental em terra brasileira.

No Brasil, além da grande mobilização realizada pelo povo Asheninka do rio Amônia, movimentos sociais e parlamentares denunciando as inúmeras invasões, o governo federal tomou iniciativas através do exército e polícia federal para controlar e combater tais ameaças. Paralelamente o governo federal, o governo do estado do Acre e os prefeitos dos 5 municípios do vale do Juruá, enquanto constroem e desenvolvem uma agenda de integração comercial, buscam também, pela via diplomática, com o governo peruano e o governo do departamento de Ucayali, estabelecer compromissos para superar os conflitos que vem ocorrendo.

De maneira geral 2 agendas já foram identificadas nestas relações:

1^a) Do governo federal brasileiro, através do IBAMA, com o governo peruano através do INRENA que buscam construir uma forma de conter e parar as invasões dos madeireiros peruanos no Parque Nacional da Serra do Divisor e na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, do povo Asheninka, através da criação pelo Peru de uma área protegida ao longo de toda a fronteira da Serra do Divisor, Terras Indígenas (Kaxinawá/Asheninka do rio Breu e Kampa do rio Amônia) e Reserva Extrativista do Alto Juruá, com uma faixa de no mínimo 10 km de largura; governo do Acre fala em 50 km.

2^a.) Do governo do estado do Acre, com o governo do departamento de Ucayalli, que assinaram compromisso técnico visando o incremento do comércio entre os dois estados, através da construção e asfaltamento da estrada Pucallpa – Cruzeiro do Sul, considerando obrigatório a criação de uma área protegida no lado peruano para conter tais conflitos, nesse sentido o governo de Ucayali já anunciou uma proposta de áreas protegidas que faz entre essas fronteiras. Criação da uma área protegida – e duas áreas para índios isolados, Murunawa e Isconawa.

Em meio às várias iniciativas governamentais, um grupo de organizações da sociedade civil no Brasil e no Peru, solidárias aos direitos dos povos indígenas, a proteção das florestas e da biodiversidade que existe nessa região, passaram a trabalhar juntas para monitorar as ameaças e para construir mecanismos que ajudem o poder público dos dois países a trabalharem juntos em ações que promovam o bem estar das populações residentes nos dois lados da fronteira e conservem e preservem o ambiente natural ali existente.

Uma das formas de realizar este apoio é incentivar as entidades locais e as várias lideranças das duas regiões a participarem da construção de uma proposta de um plano de proteção transfronteiriça Brasil/Peru, considerando os interesses das comunidades e governos locais combinando com a necessidade de proteção e preservação do patrimônio cultural das populações tradicionais e também do patrimônio das áreas naturais protegidas existentes na região.

Este documento além de ser um relato resumido de fatos e o anúncio dos compromissos das entidades que o assinam, é também um convite para que vossa senhoria participe de uma reunião a ser realizada entre os dias 30 e 31 de março, a ser realizado na cidade de Cruzeiro do Sul, com as seguintes finalidades:

Listar os diversos problemas existentes na fronteira do Brasil com o Peru, na região do Vale do Juruá.

Conhecer a política que o governo federal e o governo do estado do Acre possuem para os índios isolados que vivem na faixa de fronteira, e o que estão realizando;

Conhecer a política que o governo federal e o governo do estado do Acre, estão adotando para as áreas de proteção ambiental, existentes no vale do Juruá, instaladas na fronteira com o Peru, para combater a entrada de narcotraficantes e madeireiros peruanos.

Conhecer a proposta de agenda comercial que está sendo construída pelo Governo do estado do Acre e os governos municipais com o departamento de Ucayalli, incluindo a construção da estrada;

Listar caminhos e propostas de trabalho que podem ser defendidas junto com o movimento social peruano para o estabelecimento de um plano binacional fronteiriço visando a defesa dos povos indígenas que vivem na faixa de fronteira, áreas naturais protegidas no Brasil e o desenvolvimento florestal sustentável desta região da fronteira, visando à sua integração regional.